



INTERNATIONAL MONETARY FUND FACTSHEET

O Programa de Financiamento Ampliado (EFF) do FMI

Quando um país enfrenta graves problemas de médio prazo no balanço de pagamentos por causa de deficiências estruturais cuja resolução exige tempo, o FMI apoia o processo de ajuste por intermédio de um Programa de Financiamento Ampliado (EFF). Em comparação à assistência prestada no contexto do Acordo Stand-By, a assistência no âmbito de um acordo ampliado difere por envolver um programa de maior duração — para ajudar os países a implementar reformas estruturais de médio prazo — e um prazo de amortização mais longo.

Qual o propósito do EFF?

O EFF foi instituído em 1974 para auxiliar países que enfrentem desequilíbrios graves e de prazo relativamente longo no balanço de pagamentos causados por impedimentos estruturais, inclusive porque esses desequilíbrios restringem o acesso ao capital privado, e onde exista um programa rigoroso de reformas estruturais para resolver as debilidades institucionais ou econômicas. O programa também pode ser útil para economias caracterizadas por crescimento baixo e fragilidade inerente na posição do balanço de pagamentos.

Duração prolongada e prazo de amortização mais longo para que o ajuste produza resultados

Considerando que as reformas estruturais visando corrigir desequilíbrios profundos normalmente levam um certo tempo até surtir efeito, o EFF tem duração mais longa que a maioria dos outros acordos do FMI — o Fundo se mantém envolvido com o país membro durante o processo de formulação e implementação das políticas de ajuste.

Programas ampliados normalmente seriam aprovados para períodos não superiores a três anos, com a possibilidade de prorrogação por até um ano, se for o caso. Contudo, também se permite uma duração máxima de até quatro anos à época da aprovação, condicionada, entre outras coisas, pela existência de uma necessidade do balanço de pagamentos além do período de três anos, pela natureza prolongada do ajuste necessário para restaurar a estabilidade macroeconômica e pela existência de garantias suficientes quanto à capacidade e disposição do país membro de implementar reformas estruturais profundas e sustentadas. O prazo de amortização também é mais longo, de 4½ a 10 anos, com o reembolso em doze parcelas iguais e semestrais. O [Acordo Stand-By](#) (SBA), em contrapartida, tem duração mais curta e prazo de amortização de 3¼ a 5 anos.

Grande ênfase no ajuste estrutural

Quando um país toma um empréstimo do FMI, ele se compromete a adotar políticas voltadas para a resolução dos problemas econômicos e estruturais. A expectativa é que esse compromisso, que também abrange a [condicionalidade](#) específica ao acordo, dê grande ênfase às reformas estruturais, bem como a políticas que preservem a estabilidade macroeconômica. O desempenho no âmbito do programa é avaliado a intervalos regulares pela Diretoria Executiva do FMI, o que também permite a adaptação do programa a novas

realidades econômicas. A frequência das avaliações do EFF é flexível e se baseia na solidez das políticas do país e na natureza de suas necessidades financeiras.

Quanto o país pode tomar emprestado nos acordos EFF e quanto isso custa?

Assim como no SBA, o tamanho do empréstimo no âmbito do EFF depende da necessidade de financiamento do país, de sua capacidade de pagamento e do histórico no uso dos recursos do FMI.

- *Acesso normal.* Os empréstimos do EFF estão sujeitos ao limite normal de até 200% da [cota](#) do país no FMI a cada ano e a um limite cumulativo de 600% da quota durante a vigência do programa, líquido das amortizações programadas.
- *Acesso excepcional.* O Fundo pode conceder empréstimos acima desses limites caso a caso e em circunstâncias excepcionais, desde que o país satisfaça os critérios de acesso excepcional.

Além disso, o EFF em geral não é formulado em caráter preventivo, como forma de se preparar para enfrentar possíveis problemas do balanço de pagamentos no futuro.

Comissão de compromisso. Os recursos empenhados no âmbito de todos os acordos EFF estão sujeitos a uma comissão de compromisso cobrada no início de cada período de 12 meses sobre os montantes que poderiam ser sacados durante o período (15 pontos-base sobre os montantes empenhados equivalentes a até 200% da cota, 30 pontos-base sobre os montantes empenhados superiores a 200% e inferiores a 1 000% da cota e 60 pontos-base sobre montantes que excederem 1 000% da cota). Essas comissões serão restituídas se os recursos forem utilizados durante o período pertinente. Em consequência, se o país utilizar o montante total empenhado no âmbito de um EFF, a comissão de compromisso é restituída integralmente.

Taxa do empréstimo. A taxa do empréstimo está vinculada à taxa de juro de mercado do FMI, conhecida como [taxa básica de comissão](#), que, por sua vez, está vinculada à taxa de juro dos [Direitos Especiais de Saque](#) (DES). Os empréstimos de valor elevado estão sujeitos a uma sobretaxa de 200 pontos-base, paga sobre o montante do crédito em aberto que ultrapasse 300% da cota. Se o crédito permanecer acima de 300% da cota após três anos, a sobretaxa é elevada para 300 pontos-base, de modo a desestimular o uso prolongado de um grande volume de recursos do FMI.

Taxa de serviço. É cobrada uma taxa de serviço de 50 pontos-base sobre cada montante sacado.